

Jornalismo Investigativo: O processo de produção da reportagem pela perspectiva do repórter

Investigative Journalism: the productive process of the report from the perspective of the reporter

Mariana Galvão Noronha¹
 Paula Melani Rocha²

Resumo: O artigo apresenta parte dos resultados da dissertação "As especificidades do jornalismo investigativo: um estudo sobre o processo de produção jornalística investigativa", defendida no Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a qual teve como objetivo caracterizar se as especificidades do jornalismo investigativo se constituem como um método do processo de produção. Para isso, o trabalho realizou entrevistas com profissionais que produzem reportagens investigativas. Em diálogo com a proposta do IV Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, apresenta-se a discussão dos procedimentos de apuração adotados pelos repórteres.

Palavras-Chave: Jornalismo investigativo. Reportagem investigativa. Processo de produção.

Abstract: The article presents part of the results of the dissertation "The specificities of investigative journalism: a study about the process of journalistic investigative production", defended in the Master's in Journalism of the Ponta Grossa State University (UEPG), whose objective was to characterize if the specificities Investigative journalism constitute a method of the production process. For this, the work carried out interviews with professionals who produce investigative reports. In dialogue with the proposal of the IV Research Seminar in Investigative Journalism, it is intended to present the discussion of the investigative procedures adopted by the reporters

Keywords: Investigative journalism. Investigative report. Production process.

.....

¹ Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), mariana.gnoronha@gmail.com

² Professora do PPG e Graduação em Jornalismo da UEPG. Pesquisadora-colaboradora do LabJor/UNICAMP. paulamelani@gmail.com

1 O jornalismo investigativo: conceitos e definições

O presente artigo apresenta parte dos resultados da dissertação de mestrado "As especificidades do jornalismo investigativo: um estudo sobre o processo de produção jornalística investigativa", defendida no Programa de Pós Graduação Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a qual teve como objetivo caracterizar se as especificidades do jornalismo investigativo se constituem como um método do processo de produção da reportagem investigativa e sistematizar os procedimentos de apuração da reportagem investigativa. Para isso, o trabalho realizou levantamento bibliográfico sobre o objeto jornalismo investigativo, pesquisa documental, entrevistas com seis profissionais que produzem ou produziram reportagens investigativa - Andrea Dip, Angelina Nunes, Kátia Brembati, José Roberto Toledo, João Maschio e Mauri König - e análise de algumas reportagens investigativas dos profissionais entrevistados.

Em diálogo com a proposta do IV Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, a discussão apresenta os procedimentos de apuração adotados pelos repórteres entrevistados durante o processo de produção de reportagem investigativa, a participação da subjetividade na construção desse processo e sua relação com a objetividade das técnicas e estratégias que instrumentalizam a investigação e sua apropriação por parte do repórter. Apontar a sistematização dos procedimentos de apuração da reportagem investigativa, suas variáveis e limitações, bem como a presença dos tipos de fonte e a relevância que desempenham no processo de produção da reportagem.

Mas o que é o jornalismo investigativo? Em 1972, o Jornalismo Investigativo vivia um de seus marcos históricos, com a publicação da primeira reportagem da série sobre o caso Watergate, investigação de dois anos publicada no *The Washington Post* pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, que culminou com a renúncia do então presidente americano Richard Nixon. 45 anos mais tarde, o jornalismo investigativo segue trazendo à tona questões antes encobertas, mesmo diante do cenário atual do jornalismo mundial, com corte nas redações, queda de investimento de tempo e dinheiro em grandes reportagens e perseguições a jornalistas.

Muitos jornais, inclusive brasileiros, reduziram suas equipes e o tempo de dedicação delas a determinadas investigações. Entretanto, o jornalismo investigativo não é apenas uma prática de décadas passadas.

A produção da reportagem investigativa tem sido ainda a aposta de veículos da Rede Globo, da Rede Record, do jornal O Povo, entre outros, que atuam com núcleos de jornalismo investigativo. Nessa lista entra também a RedeTV!, que ingressou no Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, em Washington (EUA), como única emissora brasileira a integrar o grupo mundial da investigação *Panama Papers*. Em dezembro de 2016, o grupo RBS lançou o Grupo de Investigação (GDI), composto por nove repórteres e um editor, todos com experiência em investigação, mas cada um com habilidade em diferentes áreas, como infiltração jornalística, crimes do colarinho branco, desvios no serviço público, temas das áreas policial e política e bancos de dados. A iniciativa sustentou-se “[...] na crença de que a investigação jornalística é essencial para a democracia e para a transformação da sociedade” (GRUPO RBS, 2016³).

O jornalismo investigativo é fundamental para a sociedade, especialmente em uma era em que as desinformações circulam em larga escala pelas redes sociais. O Grupo RBS tem tradição de décadas em reportagem investigativa e, agora, com a criação do GDI, reafirma em mais um grande passo seu propósito de informar para transformar positivamente a sociedade. [...] Poucas redações no mundo investem em um grupo de repórteres focado em investigações. Reportagens desse tipo exigem tempo: algumas levam meses para serem concluídas. Em compensação, são o tipo de jornalismo que tem mais poder de transformar, na sociedade, aquilo que está errado. Ao criar este time, as redações estão dando contribuição ainda maior à comunidade onde atuam (GRUPO RBS, 2016).

Ao mesmo tempo, este cenário de transformação do jornalismo deu brecha para o surgimento de sites independentes com escopo em jornalismo investigativo, como a Agência Pública, site de jornalismo investigativo independente lançado em 2011. No ano passado, a Pública deu início a um mapeamento das iniciativas de jornalismo independente no Brasil, nascidas sem qualquer conexão com grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. Em constante atualização, o Mapa do Jornalismo Independente⁴ já registrou 79 iniciativas selecionadas pela própria Agência Pública e outras 133 indicadas por leitores. Dessas mais de 200 iniciativas de jornalismo independente, nem 2% chegam a ter “jornalismo

³<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/gdi/noticia/2016/12/rbs-lanca-grupo-de-investigacao-8573996.html>

⁴ <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/index.html#> (pesquisa em fev/2017)

investigativo” ou “reportagem investigativa”, em sua descrição. Entretanto, no mapa estão, por exemplo, a Volt Data Lab, uma agência dedicada a produzir reportagens e investigações a partir de dados; o Marco Zero Conteúdo, com reportagens aprofundadas e investigativas, com temas de interesse público; e o Jornal Já, que há 30 anos traz reportagens especiais e investigativas sobre a região da grande Porto Alegre.

Sobre a definição, diversos autores já discutiram a conceituação do jornalismo investigativo. Na concepção de Lopes e Proença (2003), a atuação do jornalismo investigativo ocorre no sentido de reconstruir acontecimentos importantes, promover reformas, expor injustiças, desmascarar fraudes e divulgar informações ocultadas pelos poderes públicos. Para os autores, enquanto o jornalista que realiza a produção diária atua mais como um transmissor da notícia, sendo o produtor do texto dentro de uma determinada estrutura, o jornalista investigador seria o criador e investigador da informação.

O jornalista investigador é quem provoca a informação, é quem dá os passos necessários para a obtenção dos dados que necessita para completa-la, aquele que busca, compara, não é um mero receptor da informação. É aquele que se adianta aos acontecimentos. Não espera que os fatos se produzam; ele os desencadeia ou os para com sua investigação, dependendo dos fatos e do que tratam (LOPES; PROENÇA, 2003, p. 15).

Como os autores mencionam, considerar a atuação do repórter é fundamental, permitindo que a reportagem investigativa apresente um maior volume de informações, revelando algo até então desconhecido com um tom denunciativo, em comparação com o que é noticiado na produção jornalística factual. Contudo, nem toda reportagem pode-se dizer que caracteriza uma reportagem investigativa.

Com estas características, a reportagem investigativa exige mais tempo e profundidade “que o trabalho de relatar notícias sob pressão do fechamento” (REYES, 1999, p.6). Isso quer dizer que o tempo, um dos elementos principais na teoria da construção social e produção do jornalismo, que determina a rotina, é um diferencial na reportagem investigativa. O elemento tempo é um diferencial que se caracteriza tanto na produção da investigativa quanto da reportagem.

Mas o tempo não é o único elemento em questão. Para alcançar esse nível de profundidade das informações, não se pode afirmar que os procedimentos de apuração das

reportagens investigativas sejam os mesmos adotados por qualquer reportagem. Isso porque dependendo da pauta, os procedimentos de produção podem exigir a busca e análise de documentos, cruzamento de informações, consulta a diferentes fontes (pessoas ou referências), conferência da integridade das informações e fontes, além da checagem dos dados e da legitimidade das fontes. Embora parte dos procedimentos possam ser apropriados na produção da notícia ou mesmo de uma reportagem não investigativa, um dos diferenciais da reportagem investigativa é a maneira como o/a repórter articula e explora esses procedimentos. Enquanto o/a jornalista na cobertura factual se contenta com a primeira fonte, na produção da reportagem investigativa busca-se pela fonte da fonte. As fontes oficiais ou primárias não são suficientes para esgotar a investigação. Há uma exploração maior de fontes de informação, tanto primárias quanto secundárias, humanas ou não.

Outro delimitador frequente nos dois processos de produção refere-se ao jogo de versões. A cobertura diária, no formato notícia, estruturada na pirâmide invertida, fundamenta-se basicamente em duas versões opostas para apreender o fato. Normalmente é sustentada pelas informações oriundas de fontes (seres humanos) testemunhais, oficiais, institucional, referenciais, empresarial e/ou especialista. Em via de regra, o conteúdo é trabalhado sob o alicerce de duas versões, conhecidas no campo jornalístico como os “dois lados”.

Já a reportagem investigativa exige uma disciplina para explorar múltiplas versões, confrontar e cruzar as informações na tentativa de reconstituir o acontecimento, sua trajetória e causas⁵. Há assim uma construção do percurso da apuração mais complexo, composto por vários caminhos que instrumentalizam e cruzam os procedimentos de apuração. Enquanto na notícia trava-se um caminho mais linear. O processo de apuração se dá por etapas diferentes da reportagem investigativa. Sequeira (2005) cita Lage ao falar dessa distinção, diferenciando o repórter de atualidade do repórter investigativo, na busca das fontes originárias.

⁵No processo de apuração deve-se ter claro a distinção entre versão e opinião, ambas utilizadas, porém com funções distintas. Ao buscar relatar o acontecimento, procura-se ouvir versões diferentes do fato, quanto maior a pluralidade de fontes, melhor a apreensão do ocorrido. Opiniões não auxiliam o jornalista a se aproximar do ocorrido, mas sim entender a absorção do mesmo e sua contextualização.

(...) enquanto o primeiro é definido como um profissional dependendo das fontes e sem acesso às “fontes das fontes”, ou seja, aquele profissional sem acesso aos documentos primários dos quais se origina a notícia, o repórter investigativo caracteriza-se, primordialmente, por ser o profissional que busca os documentos originais (SEQUEIRA, 2005, p. 24).

O jornalismo investigativo resulta em reportagens de “mais fôlego”, que exigem do jornalista uma maior dedicação no levantamento de dados, entrevistas, observação direta, bem como na checagem e na re Checagem das informações, demandando mais tempo no processo de produção, com objetivo também de conferir a precisão dos dados e informações. A pesquisadora Quesada (1987 apud SEQUEIRA 2005, p.74) defende que a diferenciação do jornalismo de atualidade e o jornalismo investigativo não está no formato do texto ou na apresentação gráfica do material, mas está justamente no processo de trabalho do profissional, mais especificamente, as estratégias que ele usa para a apuração do material. Ou seja, o processo de trabalho no jornalismo investigativo é peculiar.

O simples fato de um texto jornalístico conter cifras, estatísticas, porcentagens econômicas, documentação e declarações não o define como jornalismo investigativo, já que todas essas informações podem ser obtidas de uma fonte oficial, extraída de documentação ou entregue em forma de press-release. “Só no momento em que o repórter passa a utilizar técnicas e estratégias que não fazem parte das rotinas dos trabalhos jornalísticos de atualidade a reportagem se transforma em reportagem investigativa” (SEQUEIRA, 2005, p.74).

Kovach e Rosenstiel (2004) defendem que o processo de seleção e edição desenvolvido na rotina jornalística em busca da "verdade" é uma coisa que não surge sozinha, mas depende de técnicas e métodos, caracterizando um método de trabalho. Nesse sentido, o jornalismo investigativo pode ser definido como a busca da verdade oculta (LOPES & PROENÇA, 2003) e para isso demanda de um processo de apuração e investigação guiados e amparados por uma sistematização de procedimentos metodológicos. De acordo com Rocha (2015), entende-se por apuração os procedimentos necessários e adotados na busca do levantamento de informações, dados, documentos, entrevistas, pesquisa, consulta a fontes e como pontua Pereira Junior (2006), também a re Checagem do material apurado, todo esse esforço em busca de uma melhor apreensão do acontecimento. Assim, vislumbra-se que a apuração não ocorre apenas na fase inicial do processo de produção jornalística, mas que ela também perpassa pela construção e edição do texto.

Embora nem toda reportagem seja classificada como investigativa, o texto investigativo, em via de regra, caracteriza-se como uma reportagem. O que significa que deve trazer uma contextualização da informação descortinando seu caráter único e revelando o fenômeno no qual está abarcado, deve também travar necessariamente um diálogo articulando as dimensões singular, particular e universal (GENRO FILHO, 1987) que envolvem o tema.

O jornalismo investigativo não reporta o simples acontecimento do fato, vai além de informar os dados, deve sim contextualizá-los, interpretá-los e conectá-los a outras variáveis (ROCHA; SILVA, 2014). É o que Soliani (2008) diz quando uma boa cobertura sobre orçamento do Estado e políticas sociais transpõe a ideia de apenas seguir o dinheiro:

É preciso estabelecer comparações históricas para saber o comportamento dos gastos ao longo do tempo; usar parâmetros internacionais (“benchmarks”) para avaliar a eficiência dos projetos específicos; recorrer a estudos sobre a evolução dos indicadores sociais do país, a pesquisas que avaliam programas específicos do governo e a especialistas para saber se os resultados dos programas justificam as despesas. É preciso ainda consultar ONGs (organizações não-governamentais) que acompanham a execução ou estão diretamente envolvidas em projetos do Estado e, não menos importante, conversar com os próprios supostos beneficiários dos programas (SOLIANI, 2008, p.157).

Nesse sentido, a ideia de Soliani (2008) coincide com a do pesquisador britânico Ralph Negrine, que embora não esteja preocupado em definir jornalismo investigativo, de acordo com Nascimento (2010), ele agrega ao diferenciar a apuração jornalística ativa da passiva. A ativa, para pesquisador, é aquela em que o jornalista “revela e reúne pedaços de informações, criando entre elas ligações, até então desconhecidas” (NASCIMENTO, 2010, p.16). Já a apuração passiva é quando a informação chega até o jornalista, por exemplo, o vazamento de informação por alguma autoridade (NASCIMENTO, 2010).

No jornalismo investigativo, o objetivo da produção jornalística seria conseguir “chegar à essência das coisas, tentar responder os porquês que provocam uma situação prejudicial à coletividade ou ao interesse público. [...] O jornalismo de investigação tem objetivos concretos que transcendem a informação diária, cuja produção fica velha em 24 horas” (LOPES; PROENÇA, 2003, p. 14)

Pensar o jornalismo investigativo como uma prática específica entre outras do jornalismo não é algo inovador. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

(ABRAJI) compartilha dessa concepção, assim como os autores brasileiros Nascimento (2010), Sequeira (2003), Lopes e Proença (2003), Dines (1986), Chaparro (1994), Lages (2001), além dos autores internacionais. Em consonância com Sequeira (2005), o jornalismo investigativo se diferencia porque demanda de métodos de pesquisa e estratégias operacionais. No jornalismo investigativo a informação é algo susceptível de ser “trabalhado mais a fundo, de ser documentado, ampliado, verificado, contextualizado, indagado e investigado sob todos os ângulos” (LOPES & PROENÇA, 2003, p. 10). O pesquisador Lage (2001 apud SEQUEIRA, 2005, p.24) define que o jornalismo investigativo é aquele que realmente pratica a investigação, dedica tempo e esforço atrás da informação. Seria um “guardião da sociedade”.

Somado a isso, as transformações pelas quais o jornalismo passou entre os séculos XX e XXI, impulsionadas pelas mudanças sociais e tecnológicas, desenvolveram procedimentos de apuração mais sofisticados, mais dependentes de um trabalho em equipe e, muitas vezes, multidisciplinar. Isso demanda um processo de produção guiado por outra variável de tempo/espaço. A prática do jornalismo investigativo tornou-se mais complexa com a internet e a globalização, o que corresponde a ultrapassar os limites do simples monitoramento das ações do governo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Para os autores essa prática exige um esforço maior no processo de apuração e um conhecimento mais significativo sobre o assunto (ROCHA; SILVA, 2014). Nessa mesma linha de raciocínio, o argentino Silvio Waisbord, ao estudar o jornalismo investigativo na América do Sul, mostra que este tipo de jornalismo busca apontar as irregularidades que envolvem não apenas o governo, mas também outras autoridades (NASCIMENTO, 2010). “É por isso o que pesquisador usa a expressão ‘*watchdog journalism*’, algo como um ‘jornalismo cão de guarda’” (NASCIMENTO, 2010, p.14).

Para Sequeira (2005), as técnicas usadas pelo jornalismo investigativo em geral são parecidas com as do jornalismo diário, no entanto apresentam alterações de alguns métodos de acordo com a circunstância. “O que diferencia o jornalismo investigativo dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sob pressão” (FORTES, 2005, p.30). O jornalista aponta ainda como parte

da metodologia de investigação o uso das fontes, entrevistas, levantamento de dados e documentação, mas define uma sequência em etapas do processo de investigação jornalística, já que o jornalismo investigativo depende do cruzamento das informações obtidas por meio de todas essas estratégias.

Uma boa investigação é demorada e, normalmente, recheada de documentos, dados, estatísticas, legislações e códigos de onde se tira o extrato necessário para a notícia. Muitas vezes, não é de uma fonte ou de um documento que se obtém a informação, mas do cruzamento de vários deles. Os dados estatísticos devem ser lidos com cuidado, pois escondem tratamentos técnicos e avaliações que passam despercebidos pelos leigos (FORTES, 2005, p.31).

A documentação é crucial no jornalismo investigativo, principalmente quando são utilizadas fontes *off the record*. Esse levantamento documental dos antecedentes do fato em questão serão a base da estratégia do restante do processo de apuração, permitindo conhecer a totalidade da história, suas implicações e que tipo de abordagem terá a reportagem.

(...) o levantamento documental em torno do tema que está sendo investigado é uma das etapas mais importantes do processo de construção de uma reportagem investigativa. Tornar públicos fatos que grupos desejam esconder da sociedade exige necessariamente do repórter um conhecimento profundo sobre eles, que só um trabalho documental exaustivo e preciso poderá fornecer (SEQUEIRA, 2005, p. 92).

Com o levantamento de todo material que encontra sobre o tema abordado para a produção de uma reportagem investigativa, outro processo importante no jornalismo investigativo é a checagem das informações, mesmo que elas não pareçam imprecisas ou inconsistentes. “Faz parte do bom jornalismo, sobretudo quando se trata de notícia sensível, abortar uma reportagem, por mais doloroso que seja, se ela tem falhas ou incongruências apresentadas na apuração” (FORTES, 2005, p.34).

Outro procedimento relevante na apuração jornalística investigativa é não se perder no acúmulo de informações e saber filtrar as que realmente correspondem à pauta investigada e não se perder no processo de investigação. De acordo com um levantamento do *Investigative Reporters and Editors* (IRE) (apud FORTES, 2005), a quantidade de informações dobra a cada cinco anos, desde o final de década de 1990. “Esse quadro obrigou os jornalistas, sobretudo aqueles ligados à atividade investigativa, a criar métodos capazes de garantir uma

seleção correta das informações, além de instrumentos racionais de avaliação, análise e comunicação” (FORTES, 2005, p.28).

Na apuração jornalística, é importante checar todas as informações obtidas, questionando as fontes sobre quais são as origens das informações que estão sendo repassadas, mesmo quando são especialistas, testemunhas ou qualquer outra classificação. E em reportagens investigativas, em que normalmente a fonte pede para não ser identificada, confirmar a informação antes de publicar é um dever do jornalista, pois as pautas tratam de denúncias.

Repórteres precisam fazer essa pergunta às fontes; editores precisam fazê-la aos repórteres. Repórteres, editores, produtores e defensores dos direitos humanos precisam fazer a pergunta em terceira pessoa sobre fontes que não podem ser questionadas diretamente: como eles sabem disso? (...) Nosso trabalho não é reproduzir o que as fontes dizem e o material que elas oferecem, e sim questioná-las, triangular o que elas oferecem com outras fontes confiáveis e verificar o que é verdade, eliminando do nosso trabalho (antes de publicar, mapear ou transmitir) o que é falso ou não foi adequadamente verificado (MANUAL ..., 2014, s/p)

São pautados temas que exigem mais investigação, um procedimento diferenciado, tanto na busca de informações e dados sobre o acontecimento quanto no esforço de aferir a precisão do material levantado. O caminho metodológico do jornalismo investigativo é seguir os dados, cruzá-los e interpretá-los. As fontes, primárias ou secundárias, são usadas apenas como uma das técnicas e não a única, para confirmação das informações levantadas em bancos de dados ou documentos oficiais. O jornalismo factual costuma limitar-se às informações e dados repassados pelas fontes, em geral oficiais ou especialistas. Entretanto, devido às temáticas, obscuridade e complexidade dos assuntos pautados nas reportagens investigativas, a apuração que não esgota o acontecimento e suas interconexões com outras instâncias como política, econômica, policial ou social e que não cruza as informações obtidas, pode ficar rasa e até mesmo incompleta. E a publicização da informação incorreta causa um dano irreparável aos envolvidos e à sociedade.

Percebe-se, assim, que o processo de produção e construção do conteúdo informativo investigativo não caracteriza-se por um movimento linear e sim pendular, mesclando de forma contínua, porém finita, apuração, redação do texto e verificação. É válido mencionar, como os próprios autores colocam, que essas constatações sobre um

procedimento metodológico não são embrionárias e sim fruto de estudos e observações práticas por um conjunto de profissionais.

2 Quem são os entrevistados e o que eles tem a dizer sobre o jornalismo investigativo?

Partindo da perspectiva de Groth (2011), buscou-se por uma metodologia para analisar o jornalismo, considerando suas especificidades e particularidades. Dessa forma, realiza-se análise da produção da reportagem investigativa através do relato do repórter, na tentativa de entender o percurso percorrido, as técnicas e procedimentos utilizados. Foram selecionados os jornalistas Andrea Dip, Angelina Nunes, José Maschio, José Roberto de Toledo, Kátia Brembatti e Mauri König⁶. Todos eles são integrantes da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e atuam especialmente com as temáticas de política, direitos humanos, segurança pública e meio ambiente. Todas as entrevistas foram aprovadas pelo Comitê de Ética da UEPG.

Com as entrevistas, é possível identificar o que existe de subjetividade do repórter no processo de investigação, na escolha pelo uso de técnicas e estratégias que estejam em consonância com a complexidade da pauta, bem como entender o movimento pendular que envolve o processo produtivo da reportagem investigativa. Mas o que estes profissionais que atuam com reportagens investigativas entendem por jornalismo investigativo? Há um consenso nessa definição ou, ainda que profissionais dessa prática jornalística, os repórteres conceituam o jornalismo investigativo de formas diferentes? Nas respostas dos seis jornalistas entrevistados, muito vai ao encontro do que já foi exposto na teoria, como um atravessamento diferente dos fatores tempo e espaço na produção do jornalismo investigativo. Por outro lado, existem algumas divergências sobre quais são os obstáculos enfrentados nessa produção.

Para Andrea Dip, a diferença entre o jornalismo investigativo e o factual é apenas uma questão prática: o tempo para apuração. A jornalista aponta que essa questão se tornou

⁶ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

ainda mais complexa com os portais da internet, fazendo com que as produções *hard News* enfrentem uma competição absurda, que não permite o aprofundamento dos temas.

O *hard news* tem um papel muito importante. No diário, é preciso noticiar que um prédio caiu e quantas pessoas morreram. Eu, como jornalismo investigativo, vou querer saber porque aquele prédio caiu, quem construiu, se o material era ruim... mais profundo. Os dois tem importância. Acho que é uma questão de tempo, de apuração, e de pessoal mesmo. As vezes os jornais não podem destacar um repórter para investigar um assunto. São realidades muito diferentes para a gente conseguir comparar, mas as duas são importantes (ANDREA DIP, 2016).

Angelina Nunes, que experimentou uma fase do jornalismo brasileiro sem a força da internet, concorda que este é um dos pontos que diferencia as produções, mas também reforça as discrepâncias no processo de produção, sendo o jornalismo investigativo aquele que busca mais fontes, que amplia a discussão. A definição de Nunes ainda chama atenção para o fato do uso de diversas técnicas de apuração aliadas e não apenas a entrevista com uma fonte oficial, por exemplo, recurso bastante usado no jornalismo factual.

Você tem que apurar melhor, você tem que conhecer outras técnicas, você tem que lidar bem com procurar fontes na internet, você tem que usar o computador a seu favor, descobrir bancos de dados interessantes, tem que ler uma documentação absurda, escutar especialistas. Quer dizer, é um **método diferente** do que você ir ali porque está inaugurando uma biblioteca agora ou tem uma exposição e você vai ali e faz só a exposição. É você não se satisfazer com a primeira informação (ANGELINA NUNES, 2016).

A fala de Angelina Nunes remete às distinções entre jornalismo convencional e investigativo propostas por Hunter (2013), sobretudo nas especificações da pesquisa e relação com as fontes. No que se refere à pesquisa, o autor aponta que a reportagem exige documentação para apoiar ou negar as informações das fontes. E complementando em relação às fontes, Hunter (2013) menciona que o repórter pode contestar os depoimentos e confrontá-los. É o que a repórter acima menciona com *não se satisfazer com a primeira informação*, como se fosse incontestável, para isso, ela sinaliza um *método diferente* (grifo nosso) de apuração adotado pelo jornalista.

Para Kátia Brebatti, o jornalismo investigativo é aquele produzido em profundidade, que revela uma realidade. Por outro lado, Mauri König aponta que a premissa da investigação jornalística está em uma boa história apurada pelo próprio repórter e com base no interesse público, mas sem necessariamente trazer uma denúncia em sua origem.

Assim como as colegas, ele diferencia a produção investigativa da factual pelo nível de profundidade das informações apuradas.

Qualquer cobertura jornalística pressupõe uma investigação. O que diferencia uma de outra é o grau de dedicação e profundidade com que o profissional investiga o caso. Ao cobrir um acidente de carro na esquina, o repórter parte do zero e tem de ouvir as diferentes versões para explicar o ocorrido, o que é uma investigação. É claro, porém, que não se pode compará-la em termos de profundidade com o trabalho feito por um repórter que, a partir de uma informação, passa dias, semanas ou meses investigando o caso, descobre documentos por conta própria, entrevista diversas fontes e desvenda um esquema de corrupção, por exemplo (MAURI KÖNIG, 2016).

O jornalista José Roberto Toledo acredita que a diferença entre o factual e o investigativo está centrada no processo de produção e na apuração da reportagem, sem ligação direta com a pauta ou a forma de publicação. A avaliação de Toledo é importante devido ao seu *know how* no campo investigativo. O jornalista integrou a maior cooperação de mídia da história, que reuniu mais 100 órgãos de imprensa para as publicações do caso Panama Papers. A série de reportagens contou com o trabalho de mais de 370 jornalistas, de 76 países diferentes, sob a coordenação do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ). As publicações conseguiram revelar uma rede global de corrupção, que usava a empresa Mossack Fonseca, do Panamá, como forma de ocultação de recursos em paraísos fiscais. Somente no Brasil, as reportagens do caso Panama Papers revelaram a existência de 107 *offshores*, mais tarde relacionadas com as investigações da Operação Lava Jato.

Por outro lado, José Maschio defende que as diferenças permeiam todo o processo: na pauta, no processo de apuração e na publicação do material final. “O jornalismo investigativo é um quebra-cabeças que o jornalista precisa montar. Existe uma persistência maior do jornalista”, avalia Maschio. Especializado em investigações sobre agronegócio, Maschio é da geração de jornalistas da década de 80, produzindo reportagens investigativas em veículos brasileiros em um período em que se tem pouca literatura. Ou seja, ele reforça o conceito de que o jornalista investigador é aquele que provoca a informação, não funciona como um simples receptor (LOPES E PROENÇA, 2003). “Parte da pauta, do método, da escolha do repórter, da especialização de cada um, da edição, da redação dessa reportagem e principalmente da veiculação”, destaca Nunes. As respostas revelam também a presença da

subjetividade do repórter no processo de produção da reportagem, configurando o movimento dialético na construção da investigação e da concretização da reportagem investigativa em si.

König também é um defensor do papel do jornalista no jornalismo investigativo, acreditando que a produção desse jornalismo funciona muito mais em razão do empenho dos profissionais do que por uma linha editorial dos veículos de imprensa.

Em geral, essas pautas são pensadas, estruturadas e executadas tomando-se como base o interesse e o conhecimento do profissional de imprensa. Embora se dê muita importância a temas políticos e econômicos, também é possível fazer jornalismo investigativo com temas sociais, policiais e ambientais, para citar alguns. A internet é uma importante fonte de informações, mas não deve ser a única nem a principal. A verdadeira reportagem está nas ruas (MAURI KÖNIG, 2016).

O caminho do jornalismo investigativo também é permeado por algumas dificuldades, considerando sua atuação em desmascarar fraudes, expor injustiças e divulgar informações ocultadas pelos poderes públicos (LOPES E PROENÇA, 2003). Nesse sentido, König aponta dois diferentes obstáculos que podem incorrer dessa produção. A primeira delas de ordem subjetiva, como pressões políticas ou de anunciantes para que o material não seja publicado, sendo que as reportagens investigativas podem mexer com o interesse de grupos políticos, empresariais e até criminosos. Diante dessa complexidade, o próprio jornalista responsável pela investigação pode sofrer retaliações ou agressões.

Mas os principais obstáculos para essa produção jornalística estão no cerne da própria rotina produtiva: o tempo e o investimento nesse processo. Para Kátia Brembatti, “o tempo é valor mais precioso em discussão nesse campo”. Maschio concorda, afirmando que o tempo é “o que mata o jornalismo”. König discute ainda o obstáculo do tempo, aliado ao investimento.

Um dos grandes impeditivos de uma reportagem de profundidade são os custos representados por viagens e a dedicação de um repórter ou equipe a um único caso durante dias, semanas ou meses. Além das despesas diretas, há ainda a necessidade de reordenamento na redação para suprir a ausência deste profissional, o que pode acarretar em mais trabalho para os colegas e, por consequência, mais horas-extras ou pagamento de free lancer (MAURI KÖNIG, 2016)

Por atuar em um veículo que foca na produção de jornalismo investigativo, a Agência Pública, Andrea Dip não enfrenta essa dificuldade na hora de produzir, seja no que se refere a tempo, espaço ou mesmo investimento. Por trazer à tona temáticas muitas vezes

delicadas, a jornalista também destaca a dificuldade em ter acesso às fontes necessárias para cercar a pauta, especialmente personalidades políticas e oficiais, que evitam o contato com a imprensa.

Se eu preciso entrar na cadeia, é óbvio que o governador não vai deixar, ele sabe que eu vou fazer uma denúncia. A dificuldade está quando os órgãos oficiais não me atendem, não me respondem, não me dão números. Se preciso falar com deputado, ele não fala comigo e eu tenho que ficar caçando ele pelo Congresso. Tempo e espaço não são dificuldades trabalhando na Pública. O maior obstáculo é ter que falar com pessoas que não querem falar comigo (ANDREA DIP, 2016).

Mas se por um lado esta prática é atravessada por obstáculos da rotina produtiva e também relativos às suas especificidades, por outro, o surgimento de novas ferramentas e avanços da tecnologia têm funcionado como aliados na produção da reportagem investigativa. Entre eles podemos mencionar a Lei de Acesso à Informação, as novas técnicas de raspagem de dados, base de dados públicas e a própria internet. Pertencente a uma geração mais recente, Andrea Dip comenta que não conheceu o jornalismo “antes do Google”, mas reconhece que hoje os jornalistas contam com uma gama maior de ferramentas, o que não significa necessariamente um jornalismo de melhor qualidade. “Posso ter as ferramentas e não saber fazer. O que transformou é que hoje temos mais ferramentas. Só da gente poder publicar uma reportagem sem papel...quem faria uma nova iniciativa de jornalismo se não fosse a internet?”, aponta Dip. Mesmo pertencendo a outra geração de profissionais, Maschio concorda que seriam apenas ferramentas que facilitaram a prática do jornalismo investigativo, mas não chegaram a transformá-lo, lembrando que a observação e entrevistas, por exemplo, ainda desempenham um papel fundamental na investigação.

Responsável por coordenar uma equipe de repórteres na investigação ‘Bastidores do Poder’, do jornal O Globo, Angelina Nunes já avalia que estas ferramentas representam grandes transformações na prática do jornalismo investigativo. Usando a própria investigação mencionada como exemplo, ela lembra da dificuldade em acessar documentos públicos, que muitas vezes exigiam custos para obtê-los.

Porque antes, imagina, você tinha que pegar a documentação no lugar X e você tinha que ir de corpo presente, chegava lá e não era tão simples. Ficavam te passando para 20, 30 pessoas...você perdia muito tempo. Com a Lei de Acesso a Informação você faz o requerimento e ele é obrigado a informar. A internet veio

mostrar também os bancos de dados, que são mais transparentes (ANGELINA NUNES, 2016).

Para quem usa a técnica de jornalismo de dados, estes avanços representam ainda mais transformações no jornalismo investigativo. José Roberto Toledo, adepto da prática em suas investigações, defende que o meio digital revolucionou o jornalismo, transformando a escassez de dados em excesso, e o trabalho de reportagem de simples coleta em colheita, limpeza e estruturação de dados para análise. “A lei de acesso amplia esse volume e diversidade de fontes”, destaca.

O fator tempo mencionado pelos entrevistados é um ponderador das especificidades do processo de produção da reportagem investigativa em comparação à produção factual. Ele possibilita desenvolver o movimento pendular de apuração e triangulação das informações, quanto menor o tempo, mais as estratégias, técnicas e procedimentos que desenham esse movimento são equacionadas. O tempo pesa nas escolhas realizadas pelos entrevistados durante o processo de produção e construção da reportagem, bem como na disciplina adotada para levantar dados e checá-los. Também não se deve desconsiderar o impacto da tecnologia. Tanto as falas dos repórteres mais velhos que habitaram e produziram reportagens investigativas sem internet, LAI e Portal de Transparência, mencionam isso, como também as falas dos mais novos que já entraram usufruindo seus impactos. Lembrando que, como os entrevistados mesmo pontuaram, não basta a existência do acesso ao mundo da internet, o profissional tem que saber buscar (o que e onde), analisar os dados e entrevistá-los, confrontar as informações obtidas. Dessa forma, as respostas sinalizam tanto para aspectos objetivos da rotina produtiva, como técnicas e procedimentos, quanto atributos do jornalista enquanto profissional, associados à vivência de cada um, vivência essa que leva o profissional a costurar tais procedimentos com certa autoria.

Nesse sentido, as falas dos entrevistados apontam especificidades na produção da reportagem investigativa e no desempenho do repórter. Contudo, é importante considerar também o lugar de fala deles, bem como seu posicionamento ao valorizar o trabalho que desempenham.

3 Considerações finais

Com as respostas dos repórteres, foi possível perceber que, para além de ser um jornalismo mais profundo, o jornalismo investigativo é aquele que percebe o acontecimento não como uma ocorrência factual isolada, mas como um fenômeno, havendo a necessidade de abordar suas causas e consequências. A pesquisa intensa é uma das especificidades do jornalismo investigativo. Os jornalistas relataram, cada um à sua maneira, realizar uma extensa pesquisa sobre o assunto pautado, muitas vezes, antes mesmo de levar a pauta até a chefia para aprovação. Percebe-se essa especificidade claramente no relato de Angelina Nunes, que revela ter investigado “clandestinamente” (fora do horário de expediente) para a produção da série de reportagens ‘Bastidores do Poder’. Dentro de um veículo diário, ela conta que para convencer os chefes sobre a produção da reportagem, só teria alguma chance se chegasse já com parte do material apurado. A pauta sobre os elevados patrimônios dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro só foi aceita quando a equipe já havia tabelado todas as declarações de rendas dos políticos e identificado quais apresentavam patrimônio inconsistente com a atividade política.

Aqui também entra em jogo a questão do investimento de tempo e dinheiro no jornalismo investigativo. Mais do que uma limitação logística para a produção da reportagem, o tempo no jornalismo investigativo também é um obstáculo a ser vencido dentro das culturas organizacionais, especialmente nos veículos que possuem foco na produção diária, como os jornais cujas reportagens foram analisadas nesta pesquisa. É preciso um esforço ainda maior do repórter para convencer sobre a vantagens de se apostar tempo e dinheiro em determinada pauta, liberando uma equipe para se dedicar exclusivamente a investigação por certo período. A própria investigação pode exigir investimento, bem como a organização pode ter a necessidade de repor pessoal na cobertura diária durante este período.

O tempo é o que define também o processo de investigação. Os procedimentos adotados pelos profissionais têm relação com o tempo disponível para realizar a investigação. Para conseguir apreender as causas e consequências dos fenômenos pautados, o jornalismo investigativo se vale de diversas perspectivas, por isso a pluralidade de fontes que aparecem nas reportagens, diferente do confronto tradicional das “duas versões” na cobertura diária.

Na produção do jornalismo investigativo, os avanços tecnológicos, o acesso a banco de dados e Lei de Acesso à Informação (LAI), por exemplo, são questões que agregaram à

prática, conforme apontam os próprios profissionais. Entretanto, os jornalistas também questionam até que ponto estas questões realmente transformaram o jornalismo investigativo, sendo que são ferramentas que precisam de um conhecimento específico para seu domínio. A LAI e os bancos de dados pouco colaboram para aqueles que não dominam o seu uso, não conhecem técnicas de raspagem de dados ou como solicitar as informações da melhor forma. Além disso, os próprios profissionais entendem estas inovações como ferramentas, já que o uso dos procedimentos tradicionais, como a observação, a entrevista e levantamento de documentos continuam sendo largamente usados.

Conclui-se se então que os procedimentos que caracterizam o processo de produção da reportagem investigativa podem ser os mesmos que da produção factual, em sua essência. Os procedimentos são a consulta à documentos, entrevistas, acesso a estudos e pesquisas e observação. Entretanto, a diferença está na forma como o repórter se apropria desses procedimentos e uso que faz deles para esgotar o assunto, para alcançar as causas e consequências do referido fenômeno. Para isso, mais do que usar este ou aquele procedimento, o repórter investigativo faz uso da triangulação dos dados e informações obtidas. O jornalista não é um mero receptor da informação.

Na produção da reportagem investigativa, a pauta pede que o repórter se aproprie de forma diferente dos procedimentos, que são os mesmos, mas usados com uma disciplina para investigação. É o que cada procedimento revela no caminho da investigação que determina o movimento pendular, de avançar ou retornar para o procedimento anterior. Essa disciplina de investigação é necessária tanto para fazer estas escolhas durante o processo produtivo da reportagem investigativa, como também para organizar o grande nível de informações coletadas.

Nesse processo, revela-se a importância do papel do repórter no jornalismo investigativo. Muito de sua própria observação aparece como fonte nas reportagens, mas também revela-se na subjetividade das escolhas. Se por um lado todos usam os mesmos procedimentos, as subjetividades também ficam claras, dependendo do veículo, dependendo da experiência profissional de cada um. Por exemplo, enquanto Mauri vale-se com frequência da observação, Andrea Dip sempre busca referências no meio acadêmico para suas investigações, usando dissertações e teses como fonte nas reportagens. Angelina Nunes

prefere o trabalho em equipe, de forma que possa explorar melhor as qualidades de cada profissional, garantindo tempo e credibilidade no material produzido.

A pesquisa que originou este artigo não teve a pretensão de esgotar o assunto, mas gerar futuras investigações, com um número ainda maior de jornalistas, jornais e reportagens investigativas. Da mesma forma que o *newsmaking* discute a produção da notícia, esse debate foi alinhado à perspectiva da reportagem investigativa, que também apresenta uma rotina, perpassado por constrangimentos organizacionais e condições de orçamento, envolvendo interações com as fontes, relação com o tempo e espaço e adequação à rotina produtiva do veículo a que pertence. Pretendeu-se olhar para a teoria do jornalismo investigativo e colocar essa teoria em prática para compreender a realidade, usando para isso o diálogo entre a história do jornalismo investigativo e entrevistas com quem produz o jornalismo investigativo.

Referências bibliográficas

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre:Ed. Tchê, 1987

GROTH, Otto. A Tarefa da Pesquisa Científica sobre a Cultura. In: **O Poder Cultural Desconhecido: Fundamentos da Ciência dos Jornais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

KOVACK, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**; o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001

LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo, Publisher Brasil, 2003

NASCIMENTO, S. **Jornalismo sobre investigações**: Relações entre o Ministério Público e a imprensa. 2007, 228 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

PEREIRA JUNIOR. Luiz Costa. **A apuração da notícia**. Métodos de investigação na imprensa. Petrópolis, Ed. Vozes, 2006.

PÚBLICA, Agência. **O mapa do jornalismo independente.** Disponível em: <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/index.html#_>. Acesso em: 6 set 2016

RBS, Grupo. **RBS lança Grupo de Investigação.** Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/gdi/noticia/2016/12/rbs-lanca-grupo-de-investigacao-8573996.html>>. Acesso em: 2 dez 2016.

REYES, Geraldo. **Periodismo de Investigación.** México: Trillas, 1999.

ROCHA, P.M. **Os impactos da tecnologia na produção jornalística e a formação do profissional.** Artigo apresentado no XIV Congresso Internacional IBERCOM 2015, realizado em São Paulo no período de 29 de março a 2 de abril de 2015.

ROCHA, P. M.; SILVA, G. B. da. **A necessidade do conhecimento em investigação jornalística de precisão na formação do profissional para fortalecer as deontologias do jornalismo e seu exercício na sociedade contemporânea.** In. Estudos em Comunicação, N.16, 2014.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo Investigativo: O fato por trás da notícia.** São Paulo: Ed. Summus. 2005.

SOLIANI, André. **Siga o dinheiro: orçamento e a cobertura das políticas sociais.** In. Guilherme Canela (org). Políticas Públicas Sociais e os desafios para o Jornalismo. ANDI, Editora Cortez, São Paulo, 2008.